

Modernidade, identidade e reflexividade em Anthony Giddens e Zygmunt Bauman: notas introdutórias

LÁZARO FABRÍCIO DE FRANÇA SOUZA*

SHEMILLA ROSSANA DE OLIVEIRA PAIVA**

Resumo

Sob o prisma do sociólogo britânico Anthony Giddens é a cognoscitividade dos agentes humanos, em sua forma especificamente reflexiva, que está envolvida de maneira mais acentuada e profunda na ordenação recursiva das práticas sociais na modernidade tardia. Solfeja Zygmunt Bauman que muitos são os significados da modernidade. Sua chegada e progresso são aferidos a partir de marcadores distintos, sendo um de seus atributos a relação cambiante entre tempo e espaço. A modernidade tem seu encetar na medida em que espaço e tempo são separados da prática da vida e entre si, podendo, desta feita, serem teorizados como categorias distintas e reciprocamente independentes da estratégia e da ação. O trabalho em riste tem como intento cerne discutir, em termos introdutórios, as noções de modernidade, identidade e reflexividade a partir das perspectivas e cosmovisão dos sociólogos Zygmunt Bauman e Anthony Giddens, proeminentes pensadores em se tratando dos estudos acerca da contemporaneidade e seus desdobramentos, a fim de jogar luz, refletir, sobre questões aqui erigidas e que se fazem pertinentes no bojo da Sociologia e das Ciências Humanas, quais sejam, as relacionadas à concepção da modernidade, a constituição das identidades e a respeito do poder de agência e reflexividade dos sujeitos.

Palavras-chave: Modernidade; Reflexividade; Identidade; Bauman; Giddens.



* **LÁZARO FABRÍCIO DE FRANÇA SOUZA** é Mestrando em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.



** **SHEMILLA ROSSANA DE OLIVEIRA PAIVA** é Mestranda em Ciências Sociais e Humanas, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.



Modernidade líquida, pós-modernidade ou simplesmente modernidade?

É consenso entre diversas correntes e autores das Ciências Sociais que estamos diante de uma nova contextura social, que apresenta aspectos singulares quando comparada a outras épocas. A aurora dessa mudança de paradigma, que rompe com as manifestações da sociedade tradicional, suscitou a curiosidade e interesse da Ciência, em especial das Ciências Humanas.

Hipermodernidade, modernidade tardia, capitalismo tardio, pós-modernidade e modernidade líquida, além de “*contemporaneidade*” (denominação mais genérica e livre), são apenas algumas das alcunhas para essa nova ordenação social. O antropólogo Vanderlan Silva (2008), ao indagar-se acerca das principais características das sociedades

capitalistas neste início de século XXI, dá-nos a tônica, *exempli gratia*, inscrevendo que pluralidade e instabilidade são aspectos particulares de nossa época, ao tempo em que isso não constituiria nenhuma novidade no mundo ocidental, uma vez que desde o advento da Revolução Francesa, as mudanças no mundo têm ocorrido numa velocidade nunca antes vista no que tange aos nascimentos, transformações e desaparecimento de grupos e formas de relações sociais, assim como a emergência, mutações e concretizações de práticas e projetos institucionais. Segundo Zygmunt Bauman (2007), prolífero sociólogo polonês que denota raciocínio análogo, estamos diante do que ele denominou de “*modernidade líquida*”. Para o autor, “*líquido-moderna*” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a

consolidação, em rotinas e hábitos, das formas de agir e ser. A liquidez da vida e da sociedade se alimentam e se revigoram de forma mútua. “*A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo.*” (2007).

Fatores como a globalização e o poder midiático legitimado pela sociedade ratificam esse cenário. Diante do ensejo, evocamos, em caráter complementar, a noção de globalização presente no pensamento do sociólogo português Boaventura de Souza Santos. Na concepção deste autor (2002), o mundo está diante de um fenômeno multifacetado, interligando de modo complexo dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas, religiosas e jurídicas, o que tornaria as explicações “monocausais” e “monolíticas” insuficientes para dar cabo da questão. O autor acrescenta que a globalização das últimas três décadas parece combinar “*a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro*” (idem). Ademais, a globalização interage com transformações outras no sistema mundial que lhe são simultâneas, como o drástico aumento da desigualdade entre países ricos e países pobres, as catástrofes ambientais e os conflitos étnicos, a sobrepopulação, a acentuada migração internacional, a falência ou implosão de determinados Estados e o emergir de outros. A proliferação de guerras civis, o crime organizado, bem como a democracia formal como condição política para eventual assistência internacional, também entram nesse bojo. Na perspectiva do sociólogo e intelectual humanista português (2002), o processo de globalização, além de complexo,

atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas financeiros e produtivos à revolução nas tecnologias e práticas de informação e comunicação. Perpassa também pela erosão do Estado nacional e da redescoberta da sociedade civil ao aumento substancial das desigualdades sociais. O processo de globalização está relacionado igualmente às novas práticas culturais e identitárias e dos estilos de consumo globalizado. Na perspectiva do sociólogo e intelectual humanista (*op. cit.*), o processo de globalização, além de complexo, atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas financeiros e produtivos à revolução nas tecnologias e práticas de informação e comunicação. Perpassa também pela erosão do Estado nacional e da redescoberta da sociedade civil ao aumento substancial das desigualdades sociais. O processo de globalização está relacionado outrossim com as novas práticas culturais e identitárias e dos estilos de consumo globalizado.

David Harvey (2008), com efeito, oferece uma significativa contribuição atestando que símbolos da “*pós-modernidade*” como os modismos e a promoção midiático-publicitária são partes de uma lenta transformação cultural emergente nas sociedades do ocidente, onde a ocorrência dessa metamorfose é indubitável. Para ele, num relevante setor de nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que “*distingue um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e preposições de um período precedente*”. Dito isso, é preciso ressaltar, no entanto, que algumas concepções acerca de uma mudança de paradigma datam de muito antes. Sob a verve marxiana, a título de exemplificação, já se percebe no

Manifesto do Partido Comunista (2007), os jovens Marx e Engels asseveraram que a burguesia e o capitalismo modificaram substancialmente as relações e a conjuntura precedente:

Onde quer que conquistou o poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patrimoniais e idílicas. Todos os laços complexos e variados que unem o homem feudal aos seus "superiores naturais", esmagou-os sem piedade para não deixar subsistir outro vínculo entre os homens que o frio interesse, as duras exigências do a contado.

Os autores ainda postulam que a emergente burguesia fez da dignidade pessoal um frugal valor de troca, substituindo as liberdades conquistadas por uma liberdade única e de caráter impiedoso: a liberdade do comércio.

A burguesia despojou da sua auréola todas as atividades que até aí passavam por veneráveis e dignas de piedoso respeito. Converteu o médico, o jurista, o padre, o poeta, o sábio em assalariados ao seu serviço. A burguesia rasgou o véu de emocionante sentimentalismo que cobria as relações familiares e reduziu-as a simples relações de dinheiro. [...] Todas as relações sociais estancadas e ferrugentas, com o seu cortejo de concepções e de ideias antigas e veneradas, dissolvem-se; as que as substituem envelhecem antes de se terem podido ossificar. Tudo o que tinha solidez e permanência esfumam-se; tudo o que era sagrado é profano, e os homens, finalmente, veem-se forçados a encarar as suas condições de existência e as suas relações recíprocas com olhos desiludidos. (*op. cit.*)

É perceptível que algumas postulações e autores, hoje referências nos estudos

acerca da contemporaneidade, inspiraram-se em prismas marxianos. O supramencionado conceito de “modernidade-líquida” de Bauman é passível de servir como exemplo. Bauman aponta para um “derretimento dos sólidos” como traço perene da modernidade, que, dessa feita, adquire, em essência, um “novo sentido”, e, mais que tudo, é redirecionada a um novo alvo, sendo uma das precípuas consequências desse redirecionamento a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão do sistema e da ordem na agenda política.

“Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro.” (Bauman, 2001)

Em verdade, ainda alicerçado em Bauman, frente a uma redistribuição e realocação dos “poderes de derretimento” da modernidade nenhum “molde” foi “quebrado” sem sua respectiva substituição. As pessoas, segundo ele (2001), foram libertadas de suas antigas gaiolas somente para serem censuradas e admoestadas se não conseguissem realocação, por meio de seus próprios esforços dedicados, contínuos e fidedignamente intermináveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem: “nas classes, as molduras que (tão intransigentemente como os estamentos já dissolvidos) encapsulavam a totalidade das condições e perspectivas de vida e determinavam o âmbito dos projetos e estratégias realistas da vida”.

Encontrar novos nichos, “nichos apropriados” para adaptação e acomodação, era, destarte, tarefa dos indivíduos *“livres”*. A partir daí, passariam a seguir fielmente as regras e modos de conduta tidos como

consonantes e corretos para tal lugar. Não obstante, são exatamente esses pontos, determinados padrões, regras e códigos aos quais podíamos nos agarrar, a fim de orientação e norteamento, que são cada vez mais exíguos.



Anthony Giddens (1938-)

Já Anthony Giddens, sociólogo britânico, ao se referir à contemporaneidade, denota certa predileção pela utilização de termos como *“modernidade alta”* ou *“tardia”*, por acreditar que ainda estamos vivenciando, agora mais explicitamente, os fenômenos da modernidade. Evita, por outro lado, usar a terminação *“pós-modernidade”*, partindo da ideia de que o próprio prefixo pressupõe um fechamento total de uma época e a estreia de outra. Ironicamente, ainda assim seus críticos veem com maus olhos o fato de Giddens enxergar a modernidade como pós-tradicional, por ser menos ligada à tradição e às instituições nucleares do que outrora. Parecem negligenciar o fato de o autor entender isso como algo ainda em curso, como um processo de mudanças gradativas e radicais, mas não totais. Daí, a rechaça ao termo *“pós-*

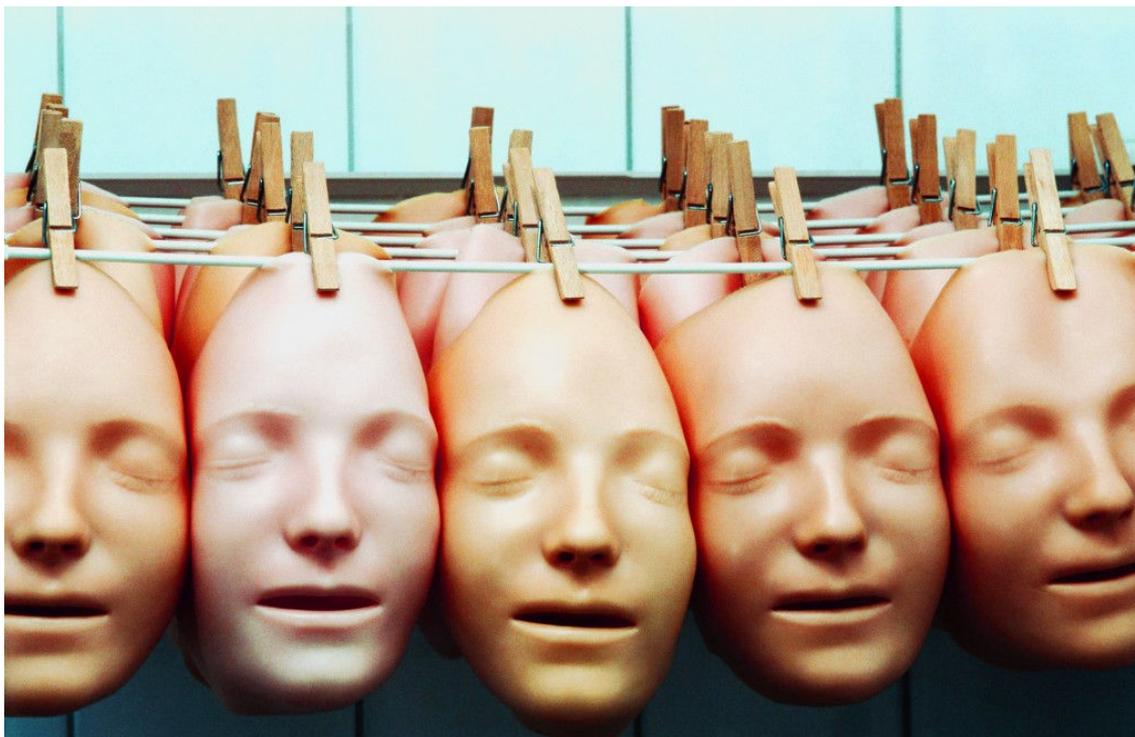
modernidade”. Feitos esses breves apontamentos introdutórios sobre a teoria da estruturação, enveredaremos mais especificamente nas sendas de abordagem levando em consideração três pontos-chave para a compreensão da teoria de Anthony Giddens. São eles: a concepção de modernidade e as questões envolvendo identidade e reflexividade. Nossa análise busca não incorrer no erro de tratar esses três conceitos como fenômenos estanques, senão imbricados, sobremaneira após as transformações ocorridas com a modernidade, inclusive no âmbito da vida pessoal e da auto identidade dos indivíduos. Em Giddens, as mudanças trazidas pela Modernidade foram impactantes para o terreno das experiências individuais, de modo que, entre a subjetividade e o todo social haveria um entrelaçamento incontestado, inexistindo primazia de um ou outro.

Em sua “*Teoria da Estruturação*”, o autor vai tratar da interdependência entre os sujeitos e a estrutura em que vivem sujeitos esses que são agentes e que realizam ações através das estruturas sociais que ocupam. Sobre a *Teoria da Estruturação*, Giddens nos explica:

A questão é como os conceitos de ação, significado e subjetividade devem ser especificados e como poderiam ser relacionados com as noções de estrutura e coerção. [...] O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais, mas, continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam *como* atores. Em suas atividades, e através destas, os agentes reproduzem as condições que tornam possíveis essas atividades. (Giddens, 2003)

Da citação exposta acima é possível aferir que as estruturas não impediriam a ação humana, ou a reprimiria; do contrário, apresentariam os modos pelos quais esses indivíduos agiriam, e essas ações, por sua vez, resultariam na repaginação dessas estruturas. Faz-se mister sublinhar que na perspectiva de

Giddens isso só se dá porquanto o sujeito é capaz de uma reflexividade, a sua identidade é um projeto de sua própria autoria, ou uma “*narrativa reflexiva do eu*”. A estrutura constrange, mas também proporciona a capacidade de agência do sujeito. Ora, se as práticas sociais são eminentemente recursivas, é elementar que haja um trabalho de reflexividade sobre elas, principalmente apoiado em sua continuidade e repetição. Existiria, então, um monitoramento exaustivo da vida social, onde o fluxo de acontecimentos não é rudimentar como se poderia pensar. Esses sujeitos, por exemplo, não naturalizam a rotina como algo simples e objetivamente dado, sendo capazes até mesmo de traduzirem num discurso, se arguidos acerca, o porquê de segui-la, de suas tarefas e obrigações. A reflexividade seria, desse modo, um dispositivo de observação e tentativa de controle da ação por parte de quem a pratica. Essa reflexividade não seria meramente prática, e se utilizaria de conhecimentos peritos, ou da confiança depositada nestes, que se dá num ambiente de desencaixe entre tempo e espaço, de globalização, e entre o poder de agência (parcial e desigual) e a angústia de uma sociedade pós-tradicional, onde a tradição se encontra em meio a um processo de ostracismo, enquanto a razão oferece um leque de escolhas e, ironicamente, de incertezas e *riscos*. Assim sendo, os indivíduos se veem claramente na posição de responsáveis por sua trajetória, seja ela vitoriosa ou fracassada.



A modernidade reflexiva, o desencaixe tempo-espaço e as transformações na identidade.

Solfeja Bauman que muitos são os significados da modernidade. Sua chegada e progresso são aferidos a partir de marcadores distintos. “Uma característica da vida moderna e de seu moderno entorno se impõe, no entanto, talvez como “a diferença que faz a diferença”; como o atributo crucial que todas as demais características seguem.” (Bauman, 2001). O atributo em riste é a relação cambiante entre tempo e espaço. Postula o sociólogo polonês (*op. cit.*) que a modernidade tem seu encetar na medida em que espaço e tempo são separados da prática da vida e entre si, podendo, desta feita, serem teorizados como categorias distintas e reciprocamente independentes da estratégia e da ação;

quando deixam de ser, como eram ao longo dos séculos pré-modernos, aspectos entrelaçados e dificilmente distinguíveis da experiência vivida, presos numa

estável e aparentemente invulnerável correspondência biunívoca. Na modernidade, o tempo tem *história*, tem história por causa de sua “capacidade de carga”, perpetuamente em expansão – o alongamento dos trechos do espaço que unidades de tempo permitem “passar”, “atravessar”, “cobrir” – ou *conquistar*. O tempo adquire história uma vez que a velocidade do movimento através do espaço (diferentemente do espaço eminentemente inflexível, que não pode ser esticado e que não encolhe) se torna uma questão do engenho, da imaginação e da capacidade humanas. (Bauman, 2001)

A própria ideia de velocidade (principalmente a de aceleração), continua Bauman (*op. cit.*), quando referente à relação entre tempo e espaço, supõe sua variabilidade, tendo dificilmente qualquer significado não fosse aquela uma relação verdadeiramente variável, se fosse não uma questão de inventividade e

resolução humanas, mas característica, um atributo, da realidade inumana e pré-humana “*e, se não se lançasse para muito além da estreita gama de variações a que as ferramentas naturais da mobilidade – as pernas humanas ou equinas – costumavam confinar os movimentos dos corpos pré-modernos*”.

Quando a distância percorrida numa unidade de tempo passou a depender da tecnologia, de meios artificiais de transporte, todos os limites à velocidade do movimento, existentes ou herdados, poderiam, em princípio, ser transgredidos. Apenas o céu (ou, como acabou sendo depois, a velocidade da luz) era agora o limite, e a modernidade era um esforço contínuo, rápido e irrefreável para alcançá-lo. (*ibidem*)

O tempo moderno se tornou, sobretudo, arma na conquista do espaço. A velocidade do movimento, bem como o acesso a formas mais céleres de mobilidade alcançaram o lugar de ferramenta cerne do poder e da dominação. Bauman (2001) ainda aponta para o fato de que estabelecer vínculo perene ou fixar-se ao solo passa a não ter tanta relevância, ao passo em que o solo pode ser alcançado e abandonado ao bel-prazer, quer seja de forma imediata ou em pouco tempo. Por outro prisma, arraigar-se pujantemente, sobrecarregando laços com compromissos vinculados de maneira mútua, pode ser positivamente prejudicial, denota o sociólogo, dados os ensejos que soerguem-se alhures e a todo momento. Essa “*nova*” e diferente forma de modernidade deve-se, mormente a duas características, afirma Bauman. A primeira diz respeito à antiga “*ilusão moderna*”, que enfrenta rápido declínio e gradual colapso. Ou seja,

da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um *telos*

alcançável da mudança histórica, um Estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflitos em todos ou alguns de seus aspectos postulados: do firme equilíbrio entre oferta e procura e a satisfação de todas as necessidades; da ordem perfeita, em que tudo é colocado no lugar certo, nada que esteja deslocado persiste e nenhum lugar é posto em dúvida; das coisas humanas que se tornam totalmente transparentes porque se sabe tudo o que deve ser sabido; do completo domínio sobre o futuro - tão completo que põe fim a toda contingência, disputa, ambivalência e consequências imprevistas das iniciativas humanas. (Bauman, 2001)

A segunda é pertinente à desregulamentação e a privatização dos deveres e tarefas modernizantes. Trata-se de uma “*individualização*” de determinadas propriedades coletivas, de uma autoafirmação dos indivíduos; de uma mudança de *locus* no que tange aos discursos éticos e político.

O que costumava ser considerado uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado (“*individualizado*”), atribuído às vísceras e energia individuais e deixado à administração dos indivíduos e seus recursos. Ainda que a ideia de aperfeiçoamento (ou de toda modernização adicional do *status quo*) pela ação legislativa da sociedade como um todo não tenha sido completamente abandonada, a ênfase (juntamente, o que é importante, com o peso da responsabilidade) se trasladou decisivamente para a autoafirmação do indivíduo. Essa importante alteração se reflete na realocação do discurso ético/político do

quadro da “sociedade justa” para o dos “direitos humanos” isto é, voltando o foco daquele discurso ao direito de os indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado. (*Idem*)

Com a emancipação das crenças no ato de criação, revelação e condenação eternas, os seres humanos, evidencia esse autor, sob sua própria responsabilidade, empreende ações sob seu próprio julgo, conquanto também encontre-se, nalguma medida, sob o julgo dos seus pares e da sociedade. O que o homem faz ele mesmo pode desfazer. Os limites, agora, estão relacionados aos próprios recursos, dons adquiridos ou herdados, coragem, determinação, força de vontade. Ser moderno, diz Bauman, implica o movimento constante, a incapacidade de parar, de permanecer estagnado. A impossibilidade de atingimento das satisfações encontra-se na consumação sempre futura, nos objetivos que desvanecem e perdem sua atração e potencial de satisfação no ato de sua realização, quiçá antes. “*Ser moderno significa estar sempre à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão [...]*” (*ibid.*). Significa, outrossim, ter uma identidade que somente pode existir como projeto não-realizado. Sob a ótica de Giddens, informação, globalização, ênfase nas potencialidades individuais, estilos de vida, risco e tantos outros fatores decorrem da modernidade. As consequências desta só podem ser mensuradas se utilizarmos, como defende ele, “*uma interpretação “descontinuista” do desenvolvimento social moderno*”, do contrário, é improvável que saíamos de uma definição histórico-geográfica.

“Modernidade” refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta. (GIDDENS, 1991)

São justamente as características dessa “caixa preta” que Giddens busca trabalhar. Em sua obra “*As consequências da Modernidade*”, ele cita as descontinuidades desta época, que trouxe consigo transformações nunca vistas antes, o que resultou no abandono de muitos dos arranjos tradicionais. A globalização, por exemplo, ocasionou profundas mudanças até em nossas relações íntimas, e embora a história tenha sido sempre marcada por descontinuidades, as dos tipos tradicionais para pós-tradicionais de ordem social foram expressivas e impactantes. A celeridade das mudanças, o *boom* informacional, especialmente apoiado pela tecnologia, a interligação entre as partes do globo, e as formas sociais inéditas em outras épocas, como os Estados-nação e a mercantilização generalizada, reiteram o destaque que Giddens dá a modernidade e seus pontos incomparáveis.

A modernidade, como qualquer um que vive no final do século XX pode ver, é um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade também tem um lado sombrio, que

se tornou muito aparente no século atual. (Giddens, 1991)

Ao passo em que a modernidade oferece uma maior possibilidade de agência, de resistência e do direito de escolher, ela também propicia a problemática da segurança *versus* o perigo, da confiança *versus* o risco, e da dúvida. Cotidianamente nos deparamos com o multiplicar das incertezas, o que se estende das coisas mais complexas até as mais banais, como o ovo, que passa de mocinho a vilão em questão de dias, em meio ao fervilhar de novidades e descobertas que o conhecimento e a tecnologia proporcionam ao discurso médico. Não resta dúvida, a mídia, tomando por base essa pequena ilustração em forma de exemplo, também exerce peso, cuja atuação se dá numa desconexão entre espaço e tempo, o que torna semelhante qualquer acontecimento em todas as partes.

Nesse cenário de desencaixe entre tempo-espaço, ou seja, nesse “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, 2002), vê-se a mudança nos costumes e hábitos, bem como o gradual abandono das restrições colocadas pelos fatores locais. Deste modo, as relações se dão das mais diferentes formas, face-a-face, mediada, à distância, dentre outros. É perceptível, com isso, que a categoria de lugar torna-se quase uma abstração, e o calendário e a globalização criam um passado comum a todos. Esse desencaixe é composto de dois mecanismos, ambos dependentes da noção de confiança, sendo eles as fichas simbólicas e os sistemas peritos. As fichas simbólicas correspondem aos “meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos

indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (Giddens, 2002), ou seja, as fichas simbólicas independem diretamente das particularidades locais ou mesmo de quem as utilizam, elas vinculam acontecimentos dispersos no tempo e no espaço, assim como o dinheiro, por exemplo, que é um elo entre um acordo, um espaço de tempo, e seu desdobrar. Daí a confiança.

Essa confiança pode se dar entre duas pessoas, a saber, vendedor e comprador, mas ela se dá mais enfaticamente no dinheiro em si. “*A confiança, em suma, é uma forma de “fê” na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva*” (Giddens, 2002). Por isso o esvaziamento do tempo é visto sem desconfiança quando se faz uso do crédito, a título de ilustração, porque o dinheiro é mais confiável do que quem o utiliza, ele está acima, é autônomo. Os sistemas peritos, o segundo mecanismo de desencaixe, referem-se a “*sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje*” (Giddens, 2002). Diferentemente de uma consulta eventual a um médico, ou outro especialista, fazemos uso dos sistemas peritos de forma contínua. Por exemplo, se habito com tranquilidade em minha casa é porque confio no conhecimento perito que embasou toda a estrutura que me cerca, do alicerce ao retoque final. Podemos não compartilhar do mesmo código de quem construiu parte por parte da minha casa, mas confiamos no sistema perito do qual o construtor fez uso.

Tanto as fichas simbólicas como os sistemas peritos tiram as relações de um contexto espacial ou temporal definido

e sincrônico, ou seja, desencaixam, garantindo as expectativas mesmo nesse intervalo anacrônico, pois há confiança, e esta é sustentada “*por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública, usado para controlar sua forma*” (*idem*), somado a isto existem ainda “*forças reguladoras além e acima das associações profissionais, com o intuito de proteger os consumidores dos sistemas peritos*” (*ibidem*). A confiança, na modernidade, é diferente da crença. Sabe-se que aqueles mecanismos oferecem possíveis riscos, mas uma série de atitudes e dispositivos estão operando para que eles sejam minimizados e controlados exaustivamente, além disso, se algo inesperado ocorrer é culpa de uma escolha, e não de um fenômeno sobrenatural. A confiança nas culturas pré-modernas advinda da localidade, da família, da religião e da tradição, hoje surgem das relações pessoais e dos sistemas abstratos, notadamente intangíveis, mas fortemente atuantes.

Diz-se com frequência que a modernidade é marcada por um apetite pelo novo, mas talvez isso não seja completamente preciso. O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão. (Giddens, 2002)

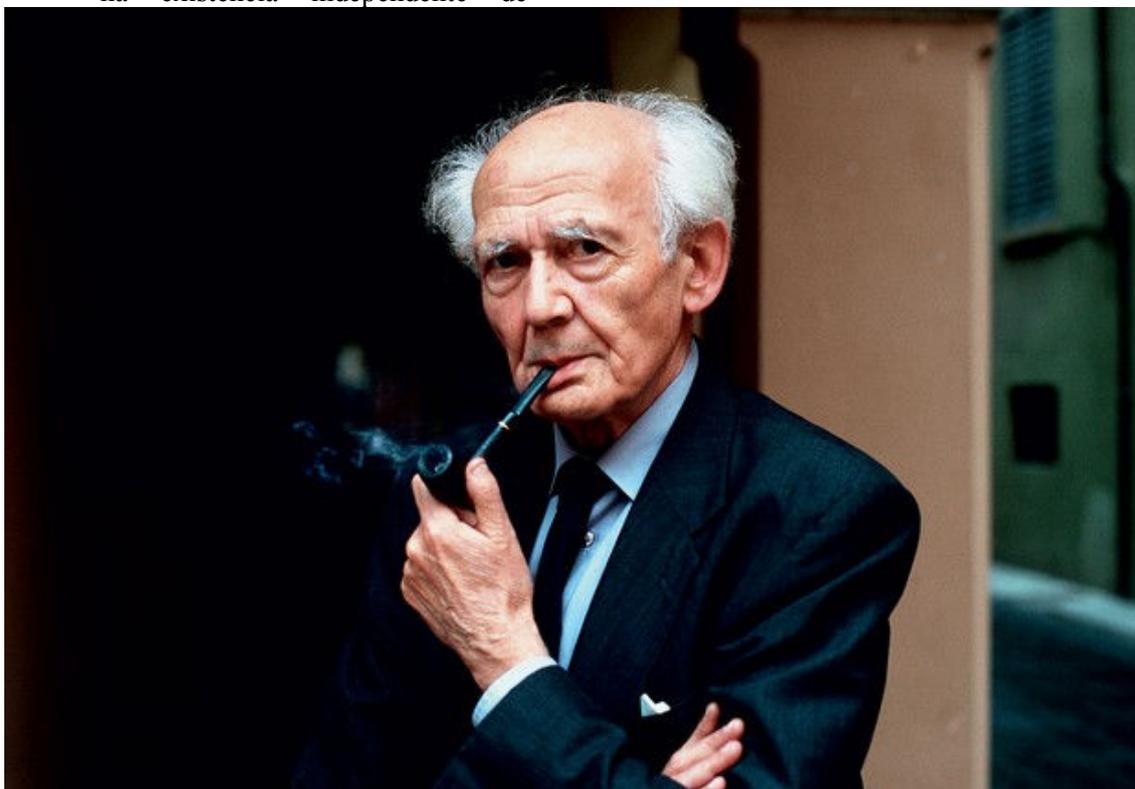
Na modernidade, as práticas não são legitimadas pela tradição pura e simplesmente, mas pelo conhecimento (embora este beba de fontes tradicionais algumas vezes), que se materializa em várias teorias, que podem ser aceitas, mas também reformuladas ou mesmo contestadas, o que modifica seu caráter e pode desmoronar o que outrora foi tomado como indubitável. Os riscos,

nas culturas pré-modernas consubstanciavam-se nos perigos próprios da natureza e das intempéries do tempo, das disputas por espaço e das entidades divinas. Atualmente, os riscos se originam da reflexividade humana, das guerras, e da desorientação pessoal podendo até desembocar na depressão e no suicídio. No contexto de risco e insegurança que a modernidade reflexiva inspira, a busca por uma estabilidade ontológica ocupa o centro da vida dos indivíduos. Em Giddens, a identidade é colocada enquanto uma “*narrativa reflexiva do eu*”, esse eu tem seus fatores pessoais interligados com as influências globais, pois como já foi dito anteriormente, essa relação, na modernidade, é inseparável, e impossível de identificar uma prevalência vinda de alguma das partes. Escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade enorme de opções pode ser sedutor e crucial para a auto-identidade, mas é também negavelmente confuso.

Ser ontologicamente seguro é ter, no nível do inconsciente e da consciência prática “respostas” para questões existenciais fundamentais que toda vida humana de certa maneira coloca. Em certo sentido, a ansiedade vem com a liberdade, com diz Kierkegaard; esta não é uma característica do indivíduo, mas deriva da aquisição de um entendimento ontológico da realidade exterior e da identidade pessoal. A autonomia que os homens adquirem deriva de sua capacidade de expandir o âmbito da experiência mediada: ter familiaridade com propriedades de objetos e ventos fora das situações imediatas de envolvimento sensorial. [...] A ansiedade deriva da capacidade – e, de fato, necessidade – do indivíduo de pensar para a frente, de antecipar possibilidades futuras em relação À

ação presente. Mas de uma maneira mais profunda, a ansiedade (ou sua possibilidade) vem da própria “fê” na existência independente de

pessoas e objetos em que a segurança ontológica implica. (Giddens, 2002)



Zygmunt Bauman (1925-)

Muitos são os instrumentos oferecidos e utilizados pelos sujeitos em meio a essa procura por uma segurança ontológica, tais quais os livros de autoajuda, as terapias e as viagens, todos eles baseados num conhecimento perito que é operado por um profissional (autor, médico, guia), mas também no indivíduo, que precisa dar sua contrapartida, permitindo-se uma nova chance, seja após o casamento fracassado, quer seja após a chegada da idade, ou qualquer outra fase propícia aos dilemas existenciais. Essas novas chances devem vir acompanhadas de experiências inéditas, já que para Giddens, na modernidade, a realidade se converteu na intensidade da experiência. Em se tratando de identidade, para Zygmunt Bauman (2001), é sua constituição um dos

problemas que circundam a modernidade líquida, principalmente devido à grande oferta de padrões existentes. Com a notável mudança de paradigma, a constituição das identidades, agora também fluidas, é uma das querelas que, se investigadas a franco, como já ocorre no âmbito das Ciências Humanas, pode ajudar a jogar luz sobre as idiosincrasias da sociedade contemporânea. Um ritmo frenético instaurou-se no mundo e impulsionadas sobremaneira pela revolução digital e da informática as mudanças sucedem-se de maneira cada vez mais velozes. Sendo assim, evita-se incorporar definitivamente uma única identidade, preferindo-se trocá-la, como alguns animais trocam de pele, sempre que considerar necessário e oportuno. Os indivíduos de identidade líquida, fluida,

são imediatistas, vivem intensamente o presente, para sobreviver (tanto quanto possível) e para obter o máximo de satisfação possível, assevera Bauman. A identidade é reciclável e o *Just do it*¹, o ser original, é pressuposto indispensável na sociedade líquido-moderna.

A concepção de "identidade", para Bauman (2007), foi destruída por uma contradição interna. Sugere um tipo de distinção, independente de onde apareça, que se inclina a ser abafada no decorrer de sua afirmação, apontando para uma igualdade que apresenta como condição *sine qua non* para sua construção o compartilhamento de diferenças. Assinala ainda que:

A busca da identidade é sempre empurrada em duas direções; é conduzida sob fogo cruzado e prossegue sob a pressão de duas forças mutuamente contraditórias. Há um laço duplo em que toda identidade reivindicada ou perseguida (a identidade como um problema e uma tarefa) está enredada, e seus esforços para se livrar dele só podem ser malsucedidos. A identidade navega entre as extremidades da individualidade descompromissada e da pertença total. A primeira é inatingível, e a segunda, como um buraco negro, suga e engole qualquer coisa que flutue nas suas proximidades. Quando é escolhida como destino, inevitavelmente incita movimentos vacilantes entre as duas direções. (Bauman, 2007)

Para ele (*op. cit.*), o único "cerne identitário" que abrolhará da mudança contínua, salvo, mas possivelmente reiterado, é o do *homo eligen* – o "homem que escolhe", "um ego permanentemente impermanente, completamente incompleto, definitivamente indefinido - e

autenticamente inautêntico". Na sociedade de consumo pós-moderna, na modernidade líquida, os consumidores são primeiro e acima de tudo, complementa Bauman (1999), acumuladores de *sensações*² e colecionadores de *coisas*³, são "caçadores de emoções e colecionadores de experiências [...] percebem o mundo como um alimento para a sensibilidade [...]” (*ibid.*). Embora reconheçam substanciais mudanças nos termos das identidades, Giddens e Bauman empreendem posturas diferentes diante dessa questão e das demais envolvendo a modernidade. Este, por sua feita, empunha olhar e críticas mais pessimistas quanto ao cenário, enquanto aquele parece, nalguma medida, ao menos, exalar otimismo. Ambas as perspectivas podem ser percebidas mais abaixo.

À guisa de algumas linhas derradeiras

Sob o prisma do sociólogo britânico Anthony Giddens (2003) é a cognoscitividade dos agentes humanos, em sua forma especificamente reflexiva, que está envolvida de maneira mais acentuada e profunda na ordenação recursiva das práticas sociais. Ainda segundo ele (2003), "A continuidade de práticas presume reflexividade, mas esta, por sua vez, só é possível devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente "as mesmas" através do espaço e do tempo". Para esse autor cada indivíduo, no atual estágio da modernidade, desenvolve um "projeto reflexivo do eu", que passa a ser uma demanda da própria sociedade, que a enseja por um lado e a exige por outro. Essa "reflexividade" deve ser entendida não tão somente como "autoconsciência", mas, sobretudo

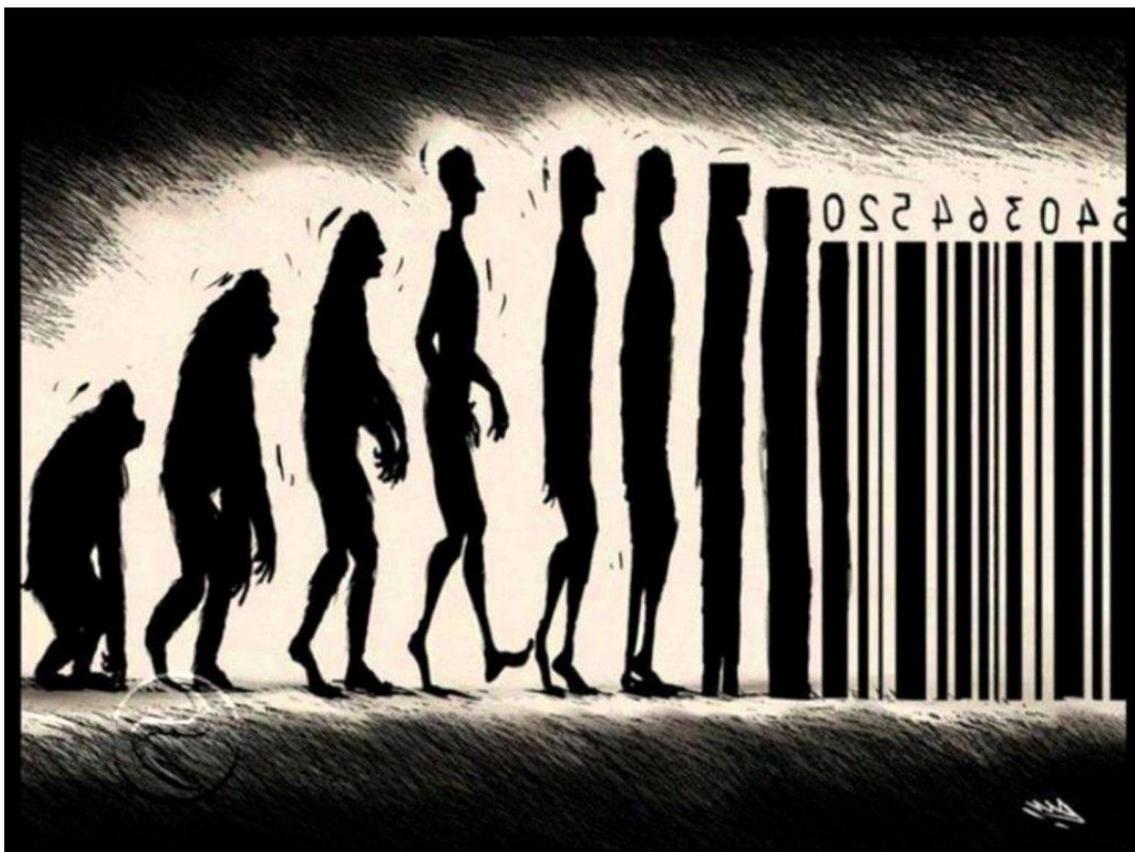
¹ "Faça você mesmo", em tradução livre.

² Grifo do autor.

³ Grifo do autor.

como “o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social”, onde “ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas)” (Giddens, 2003). Giddens, no entanto, ressalta a necessidade de cautela em se tratando de termos tais como “propósito” ou “intenção”, “razão”, “motivo” e análogos, na medida em que os seus usos na literatura filosófica têm sido, amiúde, relacionados a um “voluntarismo hermenêutico”, e porquanto retiram a ação humana de sua contextualidade de espaço-tempo. Esse

“projeto reflexivo do eu” pode ser compreendido como uma postura mais autônoma e refletida dos sujeitos diante das estruturas. Para Giddens (2003), considera-se estrutura “o conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; [...]”. A ação humana, para o sociólogo britânico, ocorre como uma *durée*, um fluxo contínuo de conduta, análogo ao da cognição. A ação intencional não se compõe a partir de um agregado ou série de intenções, razões e motivos isolados. Portanto, é útil, segundo ele, falar de reflexividade como algo alicerçado na monitoração contínua da ação que os seres humanos denotam, esperando o mesmo dos seus pares.



Como disse Bauman (2007), em viés notadamente pessimista, a vida líquida é uma vida precária, assentada sob plataforma de incertezas constantes. As

preocupações mais obstinadas e intensas que assombram esse tipo de vida são os receios de ser pego tirando uma soneca. Ou seja, não dar conta de acompanhar o

ritmo com que sucedem os eventos, os vencimentos, os fenômenos, de ficar para trás, preterido pela vida, pelos próprios pares ou ainda ficar sobrecarregado de bens nem sempre desejáveis, perder o momento que pede mudança e mudar de senda precedendo a tomada para um caminho sem volta. A vida líquida é uma composição de sucessivos reinícios, filosofa Bauman, e é exatamente por essa razão que os finais rápidos e sem dor, sem os quais reiniciar seria inimaginável, tendem a ser os momentos de maior desafio e as mais inquietantes dores de cabeça. *“Entre as artes da vida líquido-moderna e as habilidades necessárias para praticá-las, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las”*. (Bauman, 2007)

O artigo-ensaio ora apresentado teve como intento, a partir das perspectivas e cosmovisão dos sociólogos Zygmunt Bauman e Anthony Giddens, proeminentes pensadores em se tratando dos estudos acerca da contemporaneidade e seus desdobramentos, jogar luz, refletir, sobre questões aqui erigidas e que se fazem pertinentes no bojo da Sociologia e das Ciências Humanas, quais sejam, as relacionadas à concepção da modernidade, a constituição das identidades e a respeito do poder de agência e reflexividade dos sujeitos. Como fica explícito no título desse trabalho, não foi intuito dessas pautas esboçar todo o itinerário histórico e intelectual do pensamento sociológico e das Ciências Humanas acerca das problemáticas expostas, nem dar cabo de todos os assuntos presentes em torno destes debates ou do pensamento cabal desses autores. Não obstante, nosso esforço se deu na direção de ofertar elementos gerais para a compreensão, em termos introdutórios, do que lançamos mão aqui, acreditando como

indubitável a importância das ponderações e questionamentos presentes no pensamento desses dois grandes intelectuais contemporâneos, que, cada qual à sua maneira, horas se aproximando e noutras se distanciando, ofereceram ferramentas teóricas para se pensar os tempos atuais, seu desenrolar, meandros e desenvolvimento.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- _____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. **A Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- _____. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- _____. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Francisco Vanderlan da. **Conflitos e Violências no Universo Penitenciário Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

Recebido em 2015-04-24
Publicado em 2015-08-09